

Comissão nº 03

Temática: Remuneração e parcelas indenizatórias

PROPOSTA 1	<p>I – A verba paga a título de prêmios, assim entendida a paga de forma dependente do modo de realização e mérito do trabalho, que deriva de desempenho do empregado ou grupo de empregados, não se enquadra nos §§ 2º e 4º do art. 457 da CLT, razão pela qual, se paga com habitualidade, integra a remuneração do empregado, incorpora-se ao contrato de trabalho e constitui base de incidência de encargos trabalhistas e previdenciários.</p> <p>II – Liberalidade pressupõe desvinculação da medição da quantidade de trabalho.</p>	Aprovada por maioria.
PROPOSTA 2	<p>I – O rol de verbas que integram o salário previsto no §1º do art. 457 da CLT é meramente exemplificativo.</p> <p>II – Artigo 457, §2º, da CLT – Atribuição a priori de natureza não salarial a verbas quitadas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias para viagem, prêmios e abonos – Princípio da primazia da realidade e presunção relativa – aferição, na prática, quanto ao caráter retributivo do trabalho (sentido impróprio) ou indenizatório (sentido próprio) – artigo 9º da CLT.</p>	Aprovada por maioria.
PROPOSTA 3	<p>I – É inconstitucional a expressão “ainda que habituais”, contida no §2º do art. 457 da CLT, por ferir o art. 195, I, e o art. 201, caput e §11, da Constituição da República, interpretados conjuntamente.</p> <p>II – Artigo 457, §2º, da CLT – Afastamento de verbas da base de cálculo da contribuição previdenciária. Antinomia de segundo grau. Pelo critério da especialidade, o art. 28 Lei 8.212/91 prevalece quanto à definição da composição do salário-de-contribuição.</p>	Aprovado por maioria.
PROPOSTA 4	<p>I – A partir da interpretação histórica do ordenamento jurídico, o abono mencionado no §2º do art. 457 da CLT é somente o abono decorrente de lei de política salarial.</p> <p>II – A verba denominada abono em contrato de trabalho ou em regulamento de empresa tem natureza jurídica salarial.</p> <p>III – A verba denominada abono nas normas coletivas tem sua natureza jurídica definida na própria norma coletiva e, no silêncio desta, tem natureza jurídica salarial.</p> <p>IV – Sempre que se destinar a mascarar salário em sentido restrito, a verba denominada abono, seja pelo contrato de trabalho ou pela norma coletiva, tem natureza jurídica salarial.</p>	Aprovada por maioria.